

Um estudo bibliométrico acerca da teoria da agência em âmbito nacional entre os anos de 2007 a 2017

IARA CARDOSO FERREIRA

LIBERTAS - FACULDADES INTEGRADAS (LIBERTAS)

STEPHANIE DUARTE ESTÉBAN

FEA-RP/USP

UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO ACERCA DA TEORIA DA AGÊNCIA EM ÂMBITO NACIONAL ENTRE OS ANOS DE 2007 a 2017

1 INTRODUÇÃO

Na teoria da firma clássica fala-se de um modelo organizacional simples, com restrições para crescimento e poucas atividades, sendo a atividade com estrutura de propriedade e de controle unificada, diferentemente da teoria da agência que tem um modelo organizacional complexo, existindo uma relação contratual, uma vez que o proprietário não tem condições o suficiente para tomar todas as decisões e precisa delegar poderes. Isso é atestado através dos autores Jensen e Meckling (2008), que fizeram uma releitura da Teoria da Agência, explicando que ela tem como base as relações contratuais explícitas (contratos formais de trabalho) e implícitas (parcerias informais), iniciando quando uma das partes contrata outra para executar determinada função com total autonomia na tomada de decisão. Para Iudícibus (2011, apud CARNEIRO; CHEROBIM, 2010, p. 93), “numa sociedade moderna e capitalista, quase tudo pode ser explicado por um conjunto de contratos e de relações de agenciamento”.

Neste contexto, surgem os dois principais atores econômicos, divididos em principal aqui apregoado como o proprietário – dono do capital; e o agente sendo o administrador – tomador de decisão e remunerado para tal.

Dessa relação, entre principal e agente, evidencia-se os problemas de agência citados por Besanko et al. (2012), em dois aspectos: o primeiro deles quando os objetivos entre principal e agente não estão alinhados, e o segundo quando as ações praticadas pelo agente não são observadas, bem como, as informações detidas não são passadas para o principal.

Logo, ocorre a assimetria de informação, que Sato (2007) explica como um processo natural da relação econômica, visto que em dado momento existem conflitos de interesse, e o agente pode fazer uso de informações exclusivas e do poder de coerção para influenciar contratos que estejam demasiadamente favoráveis a uma determinada parte. A assimetria de informação dá origem a duas características negativas: risco moral e seleção adversa.

O agente pode ter comportamentos inesperados e oportunistas a nível pré-contratual – seleção adversa e pós-contratual – risco moral, ou seja, o agente pode ter atitudes desonestas com o objeto contratual ou alterar a sua linha de ação de forma não prevista (ABREU; KELM; SANTOS, 2001).

Para combater os problemas de agência, Besanko et al. (2012), citam (1) o monitoramento, uma vez que permite observar a tomada de decisão, mitigando os problemas de informações ocultas; (2) incentivos baseados no desempenho, para alinhar os interesses através de recompensas monetárias ou não (por exemplo, através de status) e, por último, (3) a burocracia, com o intuito de limitar as ações dos funcionários por ter que solicitar aprovação dos superiores para determinadas ações. Outros autores também fazem menção de como minimizar os problemas de agência e são mencionados na seção respectiva.

A teoria da agência, traz em seu bojo os custos de agência, na tentativa de otimizar os problemas advindos das partes conflitantes, denominados como custos de despesas de monitoramento, despesas com a concessão de garantias contratuais e do custo residual. (BESANKO et al., 2012).

Diante do exposto, a fim de verificar a relevância dessa abordagem, surge o seguinte problema de pesquisa: qual foi a produção científica nacional acerca da teoria da agência em âmbito nacional entre os anos de 2007 a 2017?

O presente artigo tem como objetivo principal analisar a produção científica acerca da teoria em âmbito nacional entre os anos de 2007 a 2017 nas principais revistas de Administração. Para tanto, visando alcançar o referido objetivo, buscou-se: a) levantar artigos científicos acerca da teoria da agência em periódicos nacionais classificados entre qualis A1 e B2 entre os anos 2007 a 2017, b) analisar os autores, respectivas instituições de origem, ano de publicação e o periódico dos artigos levantados e c) verificar a tipologia da pesquisa e abordagem metodológica dos artigos levantados.

Justifica-se o trabalho por proporcionar um conhecimento detalhado sobre a produção científica da temática no país na área de Administração. Analisando sob o prisma gerencial, tal tema merece atenção por permitir entender as relações contratuais e minimizar os conflitos decorrentes da assimetria informacional, bem como os custos de agência, porque pode acabar envolvendo e/ou afetando a empresa como um todo e comprometendo seus lucros.

Para realizar o estudo, como procedimentos metodológicos foram utilizadas as abordagens qualitativa e quantitativa, através de pesquisa descritiva exploratória, sendo os métodos de cunho bibliográfico e bibliométrico. A coleta de dados foi documental, sendo o tratamento realizado por meio de porcentagem absoluta (método bibliométrico – quantitativo) e aplicação da técnica de análise de conteúdo para a interpretação dos dados (bibliográfico – qualitativo).

Concluiu-se que o tema ainda é pouco abordado dentro do período estudado, no entanto, em 2017 houve um interesse crescente pela temática abordada sendo esse o período com maior incidência de publicação.

A estrutura do artigo está dividida em cinco seções. A primeira é a introdução, que traz uma visão panorâmica do trabalho. A seção dois faz uma revisão teórica com os principais conceitos da Teoria da Agência, Conflitos de Agência, Assimetria de Informação, Custos de Agência e, por último, é apresentado como solucionar os problemas de agência. A seção três apresenta a metodologia e a quarta seção traz as análises e os resultados. A quinta seção discorre sobre as considerações finais e em seguida as referências bibliográficas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria da agência

A teoria da agência tem sido estudada pelos acadêmicos em diversas áreas do conhecimento das ciências sociais e comportamentais, como em contabilidade, finanças, marketing, ciências políticas, comportamento organizacional e sociologia e tem sido utilizada por uma vasta gama de teóricos (EISENHARDT, 2015).

Ressalta, Martinez (1998), que constitui um referencial e instrumento de grande valor para o desenvolvimento e conhecimento nos últimos tempos, pois tem sido amplamente investigada e analisada através de pesquisas empíricas, no sentido de validar suas hipóteses implícitas.

Segundo Nascimento e Reginato (2008), essa teoria foi abordada preliminarmente por Adolph Berle e Gardiner Means em sua obra, *The Modern Corporations and Private Property*, publicado em 1932, com enfoque nas divisões de propriedade e controle. De forma pioneira Ronald Coase, em 1937, retratou sobre o tema no que se refere à consideração dos aspectos internos da empresa, enfatizando o empreendedor como figura-chave para o processo de tomada de decisões. Foi discutida por Alchian e Demsetz em 1972, e posteriormente por Jensen e Meckling em 1976, aperfeiçoando seus estudos e analisando no que tange à natureza da firma através das relações contratuais nas organizações entre seus colaboradores.

A teoria da agência possui como base as relações contratuais. Jensen e Meckling (2008) mencionam que a firma (incluindo-se empresas, instituições sem fins lucrativos como universidades, hospitais e fundações, organizações mistas de sociedade anônima e cooperativa, alguns clubes privados e até mesmo órgãos públicos como cidades, estados e o governo federal, empreendimentos públicos como os correios, departamentos de trânsito, entre outros), é visualizada como um grande feixe de contratos que se interligam e cruzam em vários sentidos e entres diferentes partes da organização.

Ressalta, Martinez (1998), que esses contratos são definidos em relações entre partes díspares e independentes, muitas vezes não são formalizados e estabelecem-se relações que não pressupõe a existência física de um contrato, existindo somente no plano informal. Esses contratos são originados a partir do momento em que uma empresa naturalmente tem um crescimento considerável, conseqüentemente começa a expandir, tornando os procedimentos internos complexos e, por necessidade, o proprietário vê-se obrigado a contratar e delegar poderes a outro para a tomada de decisão.

Enquanto as empresas são controladas e administradas por seus próprios donos, desde que seu porte assim o permita, a propriedade e o controle delas estão centralizados no mesmo indivíduo, isto é, no proprietário. À medida que elas se desenvolvem, tornando-se mais complexas, surge a necessidade de delegação do controle pelo proprietário aos administradores para tal remunerados. (NASCIMENTO; REGINATO, 2008, p.33).

O modelo organizacional da teoria da firma clássica, cujo foco é a estrutura simples, controle e autoridade centralizada e quase não há formalização de contratos, referem-se às pequenas empresas, que possui apenas um ator econômico, o proprietário-administrador, detentor de duas funções: fornecer o capital e administrar a organização. Ele participa de todas as atividades cotidianas e procede na tomada de decisão, baseado no que acredita ser o melhor para o bom desenvolvimento de seus negócios. Quando intensificam a complexidade das operações, devido ao aumento da demanda dos serviços prestados, torna-se necessário o proprietário contratar um especialista para auxiliar na gerência da organização, separando da propriedade o controle da empresa, ou seja, a empresa passa a ter um modelo organizacional complexo o que é a fundamentação da teórica da agência, já que partindo do pressuposto de Jensen e Meckling (2008), agora é necessária a formalização de contratos entre dois atores econômicos.

Assim, Hendriksen e Breda (1999), definiram a teoria da Agência como um modelo de tomada de decisão com enfoque na teoria clássica prescritiva, na qual, o contratado deverá saber os elementos e princípios gerais da administração para utilizar em suas atividades, sob o modelo normativo que está ligado à teoria da utilidade, ou seja, o contratante remunera o contratado para proceder com sua função.

Neste contexto, a partir de um processo de delegação de poderes, surgem os elementares atores econômicos dessa relação contratual, sendo o principal, ou seja, o proprietário, o contratante, pois detém a posse da organização ou delega autoridade para alguém agir conforme as suas vontades e ajudar na maximização do seu lucro; e o agente que é administrador de empresa, ou seja, o contratado remunerado para exercer tal função. (JESSEN; MECLING, 2008).

Segundo Martinez (1998), o principal é também os acionistas, debenturistas, credores, clientes, governo, comunidade e gerentes e os nomeados agentes são os gerentes, auditores externos e internos, empregados e fornecedores.

Todos os funcionários de uma empresa podem ser considerados agentes dos proprietários da empresa, já que todos realizam ações ou tomam decisões que podem causar um impacto sobre o lucro dos proprietários. (BESANKO et al., 2012).

Jensen e Meckling (2008), ao definir as relações entre as empresas como um complexo de contratos, no que tange à teoria da agência, consideraram o conceito que o termo agente-principal tem sua raiz no utilitarismo econômico – entendido como a falta de utilização da ética para toda ação e decisão, com a intenção de aumentar ou reduzir o bem-estar das partes afetadas – proposto por Ross em 1973.

Como toda relação de interesse econômico, elas podem ser permeadas tanto de cooperação quanto de conflitos, cita Castor e Weymer (2009). Para não haver conflitos, o agente deverá agir de acordo com as vontades do principal. Martinez (1998) descreveu o que o principal espera de um agente no quadro 1, veja:

Relações: Principal – Agente		O que o principal espera do agente?
Acionistas	Gerentes	Gerentes maximizem a riqueza do Acionista (ou o valor das ações).
Debenturistas	Gerentes	Gerentes maximizem o retorno do Debenturista.
Credores	Gerentes	Gerentes assegurem o cumprimento dos contratos de financiamento.
Clientes	Gerentes	Gerentes assegurem a entrega de produtos de valor para o Cliente. Qualidade (maior), Tempo (menor), Serviço (maior) e Custo (menor).
Governo	Gerentes	Gerentes assegurem o cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias da Empresa.
Comunidade	Gerentes	Gerentes assegurem a preservação dos interesses comunitários, cultura, valores, meio ambiente, etc.
Acionistas	Auditores Externos	Auditores Externos atestem a validade das demonstrações financeiras (foco na rentabilidade e na eficiência).
Credores	Auditores Externos	Auditores Externos atestem a validade das demonstrações financeiras (foco na liquidez e no endividamento).
Gerentes	Auditores Internos	Auditores Internos avaliem as operações na ótica de sua eficiência e eficácia, gerando recomendações que agregam valor.
Gerentes	Empregados	Empregados trabalhem para os gerentes com o melhor de seus esforços, atendendo as expectativas dos mesmos.
Gerentes	Fornecedores	Fornecedores supram as necessidades de materiais dos Gerentes no momento necessário, nas quantidades requisitadas.

Quadro 1: O que principal espera do agente?

Fonte: MARTINEZ, 1998, p 2.

Fica evidente que se ambas as partes dessa relação forem maximizadoras de utilidade, nem sempre as ações do agente corresponderão com as funções pré-determinadas mediante contrato para alcançar os objetivos do principal. (JESSEN; MEKCLING, 2008).

Nas relações principal-agente podem surgir dificuldades – os problemas ou conflitos de agência, pois os interesses de ambas as partes diferem. (BEZANKO et al., 2010). É o que será discutido na próxima seção.

2.2 Conflitos de Agência

Jensen e Meckling (2008) ressaltam que nenhum empregado pode executar uma função que não tenha autoridade, e caso haja esse interesse está tentando potencializar suas preferências e objetivos de forma a maximizar suas riquezas.

Quando há o estabelecimento de objetivos pessoais, deixando de lado o interesse do principal em ampliar os lucros, surgem os conflitos de agência. Os autores Besanko et al. (2010) e Bezerra et al. (2012), afirmam que o conflito de agência diz respeito aos conflitos de interesses de várias pessoas interessadas no âmbito organizacional.

Para Nascimento e Reginato (2008), em decorrência da separação da propriedade e controle da empresa, ocorrem profundas mudanças na forma de gerenciá-la, visto que os administradores – os agentes, tendem a considerar nas tomadas de decisões não apenas o interesse do proprietário – o principal, mas também seus próprios interesses.

Assim, na relação entre principal e agente em que existe o conflito de interesses, evidencia-se os (1) problemas de agência, que sob a ótica de Eisenhardt (2015), estão fundamentados na dissonância de interesses a partir de objetivos diferentes, havendo dificuldade da parte do principal em diagnosticar quais estão sendo as atitudes do agente (se o agente está agindo conforme suas vontades) e o problema de (2) compartilhamento do risco que surge quando principal e agente têm diferentes atitudes em relação ao risco, exigindo diferentes ações para diferentes situações.

Besanko et al. (2012), também expõe que o conflito de agência ocorre em duas fases, a primeira quando há divergência dos objetivos entre principal e agente, e a segunda quando as ações praticadas pelo agente não são observadas, por deter mais informações e não serem comunicadas ao principal.

Ressalta Sato (2007), de forma simples e objetiva, que os conflitos são oriundos da incongruência entre o comportamento esperado pelo principal e o comportamento apresentado pelo agente.

Afirma Pinto Junior e Pires (2009) que esses comportamentos que o agente adota em benefício próprio afetam a harmonia da relação agente-principal e dificilmente são observáveis pelo principal.

Nessa perspectiva, o foco da teoria da agência está em determinar o contrato mais eficaz para reger a relação agente-principal. Outro aspecto importante a ser considerado está em analisar a relação entre interesses individuais e coletivos, considerando o contexto e outras variáveis condicionadoras provenientes do ambiente coletivo no qual os envolvidos estão imersos (EISENHARDT, 2015).

Para Abreu, Kelm e Martinho (2001), esse problema foi evidenciado em situações que ocorre o insucesso e os agentes são penalizados, pois, ele tem comportamento racional, oportunista e maximizador de sua utilidade pessoal, já que agentes não investem o esforço ótimo, a menos que esse esforço seja consistente com o objetivo de maximização de sua própria riqueza.

Diante de um contexto cada vez mais dinâmico e competitivo, informações parciais sobre o principal e o agente podem resultar em decisões baseadas em racionalidades limitadas e estimular a defesa de interesses individuais (EISENHARDT, 2015).

Essas defesas de interesses individuais tomam forma quando apenas uma das partes tem acesso a informações para a tomada de decisão, sendo nomeado como assimetria de informação e Sato (2007) menciona que é um processo natural da relação econômica, uma vez que tem conflitos de interesse.

2.3 Assimetria de informação

De acordo com Arruda, Freitas Junior e Madruga (2008), no modelo de firma da teoria clássica, as informações existentes eram simétricas, já que o poder era centralizado apenas no proprietário e não existiam conflitos de interesse. Ou seja, o homem era racional e possuía todas as informações. A teoria da agência rompeu com esse paradigma ao retratar a relação entre agente e principal, colocando em tela o problema de assimetria de informações, tendo em vista que agora a racionalidade é limitada.

Para, Pinto Júnior e Pires (2009), as informações que a organização tem a respeito de si e de seus concorrentes influenciam na tomada de decisões, portanto a informação é um aspecto primordial na empresa.

Explica Arruda, Freitas Junior e Madruga (2008) que o problema de agência está sustentado em cima da questão da informação assimétrica, em consonância, Reginato e Nascimento (2008), dizem que a teoria da agência se preocupa com os conflitos causados por informações incompletas comunicadas ao principal pelo agente.

Argumentam e confirmam esse pensamento, Hendriksen e Van Breda (1999), alegando que a assimetria de informação é um conflito causado pela informação incompleta, em que nem todas as situações são conhecidas por ambas as partes, portanto, certas consequências não são levadas em consideração. Então, podemos definir a assimetria de informação como um processo em que um dos agentes econômicos possui informações qualitativas e/ou quantitativas superiores.

Observar todas as ações do agente é difícil ao principal, assim pode agir tomando determinadas ações por possuir preferências ou princípios diferentes ou até mesmo por má índole, ressalta Nascimento e Reginato (2008). Os autores ainda mencionam a definição de assimetria de informação conforme a visão de Milgrom e Roberts (1992, apud, NASCIMENTO; REGINATO, 2008, p.34), na qual, caracteriza a assimetria informacional quando o agente oculta informações e o principal não tem condições para verificar se os termos do contrato proposto são mutuamente aceitáveis e serão implementados.

Aqui verifica-se que caso o principal precise tomar alguma decisão fundamentado nas informações incompletas fornecidas pelo agente, poderá fazer uma escolha que comprometerá o empreendimento e seus lucros. Esse pensamento pode ser justificado por Bezerra et al. (2012), quando relatam que em razão do fato de os proprietários delegarem poderes e por isso estarem separados do controle da empresa, mudanças podem ocorrer na forma de gerenciar e assim favorecer os interesses pessoais dos agentes no momento da decisão.

A assimetria de informação, resulta em dois aspectos negativos decorrentes da teoria da agência, sendo elas o risco moral e a seleção adversa – comportamentos oportunistas.

A seleção adversa diz respeito à possibilidade das contratações serem efetuadas com características determinadas pelo agente, ou seja, os contratos terem privilégios ao agente. Isso ocorreria em virtude de o agente conhecer detalhes sobre o objeto da transação que são desconhecidos do principal (um oportunismo *ex ante*), e o risco moral se refere a quando o comportamento do agente é inobservável após a contratação. O agente pode ter atitudes desonestas com o objeto contratual ou alterar a sua linha de ação de forma não prevista (um oportunismo *ex post*). (ABREU; KELM; SANTOS, 2001).

No artigo de Braga, Dias e Lima (2007), os autores descrevem o exemplo clássico da seleção adversa, do mercado de automóveis, usados nos Estados Unidos, através dos relatos de Akerlof em 1973, onde foi observado que os compradores de carros usados não têm informações suficientes sobre o estado de carros disponíveis para venda, assim se propõem a pagar somente o preço médio de mercado e, conseqüentemente, os proprietários de carros em boas condições não se dispõem a vendê-los pelo preço médio, o que leva os compradores a comprar os carros inferiores e que estariam sobrevalorizados. Ainda mencionam outro exemplo, da indústria de seguros, que não pode se basear na taxa média de incidência de sinistros para estabelecer seus preços. O autor ainda expõe que no caso do risco moral, na indústria de seguros, diferentes consumidores contrataram o seguro e terão comportamentos distintos quanto ao cuidado com o bem segurado, fato que vai modificar a probabilidade de ocorrência de sinistro entre eles. Assim, na hora de estabelecer a taxa a ser cobrada pela empresa seguradora, deve-se pensar em incentivar os consumidores em cuidar das mercadorias que estão sendo seguradas, mesmo que as seguradoras procuram discriminar seus

usuários segundo suas ações e a influência que estas têm sobre a possibilidade de danos, o conhecimento dessas ações é oneroso.

Contextualizando para o ponto de vista contratual, a seleção adversa surge de comportamentos inesperados e oportunistas a nível pré-contratual, através da omissão de informações antes mesmo do contrato ser definido ou durante esse procedimento, e o risco moral é oriundo de comportamentos inesperados e oportunistas posteriores ao contrato firmado, sendo imprevisível as ações executadas.

De acordo com Eisenhardt (2015), a seleção adversa refere-se a pouca capacidade do agente, usando de certos argumentos, habilidades e competência para ser contratado, enquanto o risco moral refere-se a falta de esforço do agente, pois suas atitudes se distanciam das funções que deveriam ser executadas conforme contrato.

A fim de proteger os interesses dos principais, é necessária a instituição de mecanismos que reduzam a possibilidade de os agentes agirem em desacordo, ou seja, as divergências inerentes aos conflitos de interesses podem ser reduzidos ou minimizados, mas, incorrerão em custos, neste sentido declara Jensen e Meckling (2008, p. 89): “Contudo, é em geral impossível para o principal ou o agente manter a relação de agência a um custo zero para assegurar que o agente tomará decisões de nível ótimo do ponto de vista do principal”.

2.4 Custos de Agência

Na tentativa de solucionar os problemas de agência, dada à assimetria informacional, ocorrem os custos de agência.

Os conflitos entre principal e agente é oneroso em qualquer momento, já que o principal não tem condições suficientes de acompanhar se as decisões dos agentes estão voltadas para a empresa, sendo necessárias técnicas de monitoramento.

Esses custos são estabelecidos através dos contratos firmados e pela criação de incentivo para que haja a realização dos mesmos. Ressalta Jensen e Meckling (2008), que contratos perfeitos não existem e os problemas de agência e de monitoramento estão presentes em todos os níveis hierárquicos da empresa.

Para Jensen e Meckling (2008), a definição de custos de agência é a soma das despesas de monitoramento por parte do principal, das despesas com a concessão de garantias contratuais por parte do agente e do custo residual, que podem ser explicados da seguinte forma:

- Despesas de monitoramento: são as despesas incorridas ao principal, com o objetivo de verificar o comportamento do agente, ou seja, se o agente está agindo em prol dos seus interesses, através de mecanismos como auditoria interna e externa, conselho fiscal e sistemas de informações.
- Despesas com a concessão de garantias contratuais: são as despesas incorridas ao principal na tentativa de o agente comprovar que os resultados estão sendo positivos no fluxo de caixa, ou seja, o agente tenta assegurar ao principal a recompensa das suas ações, caso ao contrário, o mesmo será penalizado financeiramente. Neste caso está em jogo a riqueza dos proprietários.
- Custo residual: é derivado dos outros dois supracitados, uma vez que a despesa com os dois outros fatores, ou seja, o custo de investimento com esses mecanismos não pode ser maior que a lucratividade proveniente das ações do agente, ou seja, decorre da redução do pagamento de dividendos ou comprometimento de fluxos futuros da firma.

Constata-se, através de Amaral e Correa (2008), que para haver a eliminação desses custos, os papéis de principal e agente devem ser centrados em um, o que não ocorre na maioria das vezes, sendo inevitável que envolva a cooperação entre duas ou mais partes em

um contrato. Os autores ainda ressaltam que a chave para conhecer os problemas de agência é reconhecer que as cláusulas de um contrato suportam esses custos.

2.5 Combatendo os problemas de Agência

Diante da contextualização da teoria da agência, nota-se que os conflitos são eminentes, e faz-se necessário a busca de artifícios para combater os problemas de agência, uma vez que podem afetar a empresa como um todo. Assim, alguns autores discorreram sobre algumas possíveis formas de reduzir os problemas de agência.

Para combater os problemas de agência Besanko et al. (2012) citam o monitoramento, uma vez que permite observar ou levantar informações da tomada de decisão, mitigando os problemas de informações ocultas; incentivos baseados no desempenho, para alinhar os interesses do agente com o principal de forma a minimizar os conflitos de agência através de recompensas monetárias ou não, como por exemplo, através de *status* ou premiações, cedendo-lhe algum benefício que tenha um valor agregado para o agente, ainda ressalta-se que o agente ganha mais quando o principal tem bom desempenho, e menos quando o principal tem um desempenho ruim, e então fica mais disposto a realizar ações que beneficiem o principal; e, por último, a burocracia com o intuito de limitar as ações dos funcionários por ter que solicitar aprovação dos superiores para determinadas ações. O monitoramento pode acontecer através de auditoria independente, ou monitoramento das condições de execução do contrato, o que torna possível a percepção de comportamentos inadequados antes de serem executados. Para comportamentos positivos, podem ser feitos os contratos de incentivo.

Os problemas de agência podem ser resolvidos através de monitoramento, que envolve a observação da performance dos agentes, e a penalização, que é a punição por um comportamento não desejado dos agentes. (SATO, 2007).

Informam Braga, Dias e Lima, (2007) que existem outros mecanismos que minimizam os problemas derivados da relação principal-agente: a sinalização, que é a emissão de sinais e fornecimento de informações por parte do agente que a detém, ou seja, o agente que está recebendo a informação deve confiar na sinalização do outro agente; e a varredura, que ocorre quando a informação assimétrica é revelada por iniciativa da outra parte, ou seja, os que desejam informações fornecem incentivos de modo a atrair apenas aqueles que possuem a informação desejada.

Também pode-se considerar a adoção de um sistema de governança corporativa, definida como um conjunto de regras para minimizar conflitos de agência. (NASCIMENTO; REGINATO, 2008).

A Contabilidade pode ser utilizada para reduzir a Assimetria da Informação, pois apresenta demonstrações financeiras da situação atual da empresa, assim o principal saberá se as ações do agente estão sendo positivas. (BEZERRA, et al., 2012).

3 PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

Este estudo configura-se como uma pesquisa descritiva, uma vez que discorre sobre determinado conceito – Teoria da Agência – e sua produção científica em âmbito nacional, durante um espaço de tempo. Gil (2010) destaca que esse tipo de pesquisa tem o objetivo de descrever sobre determinado fenômeno. Andrade (2002) complementa esse pensamento alegando que a pesquisa descritiva trata de observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los. Pode ser considerada exploratória, pois, apresenta uma nova

abordagem, ou seja, uma teoria a ser explorada, visando à ampliação da compreensão do fenômeno aqui estudado, sendo atestado por Gil (2010), por possibilitar maior proximidade com o problema para a construção de hipóteses. Vale ressaltar e de acordo com Gil (2010), quando os fatos estudados não são tão aprofundados e pouco explorados, as pesquisas descritivas tendem a ser também exploratórias.

Os métodos utilizados foram de cunho bibliográfico, que é definido por Lakatos e Marconi (2009) como permissor do estudo de determinado assunto, sob um novo enfoque ou abordagens com resultados inovadores, além de colocar o pesquisador em contato direto a respeito de tudo que foi transcrito sobre o assunto, quer de forma publicada, quer de forma gravada; e de cunho bibliométrico, que se refere à contagem de publicações ou citações encontradas nas bases de publicações científicas e acadêmicas (COATES et al, 2001).

O método bibliográfico corresponde à abordagem qualitativa da pesquisa, de forma que a análise dos dados foi feita por meio da técnica de análise de conteúdo, enquanto que o método bibliométrico é, por excelência, de natureza quantitativa, de forma que os dados foram tratados por meio de porcentagem absoluta.

Assim, a coleta dos dados foi documental, por meio de acesso a artigos científicos, disponibilizados nas bases de dados do google acadêmico e scielo, também em periódicos para maior confiabilidade e precisão, utilizando-se das ferramentas de busca disponibilizadas nos próprios sites, no período compreendido de 2007 a 2017. Para o levantamento dos artigos, foi considerada a classificação entre A1 até B2 pela qualis/capes, na área de avaliação de Administração Pública e de Empresa, Ciências Contábeis e Turismo, considerando o quadriênio de 2013 a 2016 (sendo esta a mais recente).

O critério para encontrar os artigos foi utilizar de palavras chaves, já dispostas: teoria da agência, assimetria de informação, conflitos de agência e conflitos organizacionais, acrescentando-se as terminologias, conflito organizacional, custos de agência, assimetria informacional, informação assimétrica, risco moral e seleção adversa. Assim, para a busca no google acadêmico, foi feita a combinação de todas as palavras chaves, já para o scielo e os periódicos, foi feita separadamente, ou seja, uma por vez.

Durante a busca, pelos artigos publicados nos periódicos com as classificações desejadas, verificou-se que há 1324 revistas, das quais, foram desconsideradas 1010 revistas por serem de outras nacionalidades e mais 242 por serem nacionais, mas de outras áreas acadêmicas. Portanto, em Administração são 72 periódicos.

Dos 72 periódicos em Administração, em 23 periódicos não foram encontrados artigos; em 33 periódicos foram encontrados 185 artigos que não estão relacionados com o tema abordado; em 14 periódicos foram encontrados 163 artigos que não abordam sobre o tema e outros 23 artigos que abordam sobre o tema; em 2 periódicos foram encontrados 3 artigos relacionados com o tema. Assim, a quantidade total de artigos encontrados na área de Administração foi de 29 e, destes, foi desconsiderado 03 em razão de serem artigos internacionais traduzidos.

Após o levantamento e seleção de artigos, baseados nos procedimentos técnicos utilizados, realizou-se o tratamento bibliométrico, por procurar mensurar a produção científica do tema e de acordo com Spinak (1996) e Tague-Sutckiffe (1992) (apud FRANCISCO, 2011), é um estudo de aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada com emprego de métodos estatísticos e matemáticos, justificando-se a abordagem quantitativa.

Ainda, foi aplicada a análise de conteúdo, descrita pelo Bardin (2004) como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, objetivando conhecer através de processos sistemáticos e claros a descrição do conteúdo das mensagens e indicadores, podendo ser eles quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos ao objeto de

estudo. Foi utilizada como forma complementar a técnica bibliométrica, dado que não se restringiu apenas quantificar a produção científica catalogada, mas visou analisar o contexto de forma geral dos artigos levantados, como autores e suas respectivas instituições de origem, o ano da publicação, o periódico, a tipologia da pesquisa e abordagem metodológica, justificando-se a abordagem qualitativa.

4 ANÁLISES E RESULTADOS

Foram encontrados 26 artigos, no período compreendido entre 2007 a 2017, nas bases de dados e nos periódicos selecionados, através das palavras chaves determinadas. Verificou-se que 10 artigos foram encontrados apenas com a palavra-chave teoria da agência. Foram localizados 13 artigos através de outras palavras-chaves e também teoria da agência. Os outros 04 artigos, cada um foi achado com apenas uma palavra-chave, não incluindo a palavra-chave teoria da agência, sendo elas: assimetria de informação, assimetria informacional, conflito organizacional e conflitos de agência.

Apesar da pouca quantidade de artigos encontrados, percebeu-se que há uma pluralidade de autores e nenhum deles tem o foco ou concentra-se em pesquisas na temática, teoria da agência. Os artigos são escritos por 76 autores diferentes e apenas a pesquisadora, Rosilene Marcon, escreveu dois artigos sobre o tema. Constatou-se também que o menor número de autores por artigos é 01 e o maior é 07, conforme resumo da tabela 3:

Quantidade de artigos	Quantidade de autores
2	1
9	2
7	3
5	4
2	5
1	7

Tabela 3: Quantidade de autores por artigo

Fonte: Elaborado pelas autoras

Em relação às instituições de origens dos autores, foi identificado que de 05 autores não são mencionadas as instituições das quais pertencem, e mais 04 possuem formação no exterior. Os outros 40 autores são de diferentes instituições e constaram repetições de instituições para os 28 outros autores, conforme tabela 4. A instituição mais representada em relação ao tema abordado foi, portanto, a USP – Universidade de São Paulo, com 08 autores.

Instituição	Quantidade de autores
FURB - Universidade Regional de Blumenau	2
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro	2
UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí	2
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro	3
UFC - Universidade Federal do Ceará	3
FGV - Fundação Getúlio Vargas	4
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	4
USP - Universidade de São Paulo	8

Tabela 4: Quantidade de autores por instituições

Fonte: Elaborado pelas autoras

No que diz respeito aos periódicos dos artigos, eles pertencem a 15 revistas diferentes. Assim 08 artigos foram publicados em 08 diferentes periódicos, e os outros 18 artigos tiveram suas publicações repetidas em determinados periódicos, com base na tabela 05. As revistas que mais publicaram foram a Rac. Revista De Administração Contemporânea (Online) e Revista De Administração Pública, ambas classificadas pela Qualis/Capes como A2, e também a Rege Revista de Gestão, com classificação pela Qualis/Capes como B1.

Classificação	Periódico	Quantidade de Artigos
A2	Rac. Eletrônica	2
A2	Rac. Revista De Administração Contemporânea (Online)	4
A2	Revista De Administração Pública	3
B1	Contextus - Revista Contemporânea De Economia E Gestão	2
B1	Recadm: Revista Eletrônica De Ciência Administrativa	2
B1	Rege Revista De Gestão	3
B2	Gestão.Org. Revista Eletrônica De Gestão Organizacional	2

Tabela 5: Levantamento da quantidade de artigos publicados em um mesmo
Fonte: Elaborado pelas autoras

Apenas o ano de 2009 não teve nenhuma publicação, e uma baixa quantidade de artigos publicados nos anos de 2008, 2010, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016. As publicações estão mais concentradas respectivamente nos anos de: 2017 – com 06 artigos publicados por diferentes instituições; em 2007 – com 04 artigos publicados por diferentes instituições; e finalmente 2011 – com 03 artigos publicados em instituições diferentes. Após um período de 05 anos sequencialmente, com baixa quantidade de artigos publicados, atestou-se que houve um interesse crescente, em pesquisas sobre a teoria da agência, no ano de 2017, em comparação aos 05 anos antecedentes. Ressalta-se que em 07 periódicos foram publicados artigos em mais de um período. Para uma melhor compreensão foi feita a tabela 06 e a figura 1 que apresenta a distribuição dos artigos por ano.

Periódicos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Ciência & Saúde Coletiva (Online)	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
RAC eletrônica	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Rac. Revista De Administração Contemporânea (Online)	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	4
Revista De Administração Pública	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	3
Contextus - Revista Contemporânea De Economia E Gestão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2
Ram. Revista De Administração Mackenzie (Online)	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Recadm: Revista Eletrônica De Ciência Administrativa	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2
Rege Revista De Gestão	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-	3
Gestão & Planejamento	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Gestão.Org. Revista Eletrônica De Gestão Organizacional	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2
Organizações Rurais & Agroindustriais	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Revista De Gestão, Finanças E Contabilidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Revista Eletrônica De Estratégia E Negócios	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Revista Gestão & Tecnologia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1

Revista Organizações Em Contexto (Online)	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Total	4	2	0	2	4	2	1	1	1	3	6	26

Tabela 6: Periódicos com publicação da agência no período de 2007 a 2017

Fonte: Elaborado pelas autoras

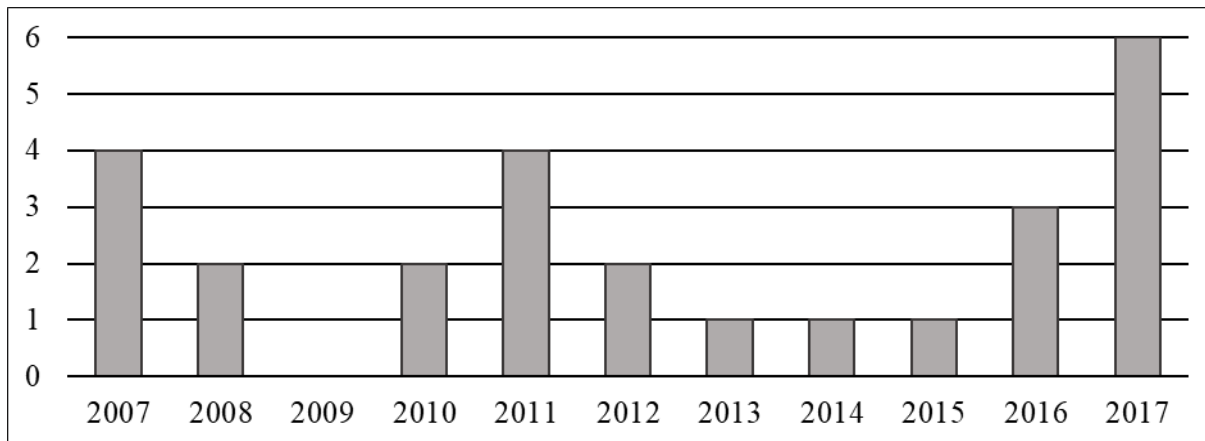


Figura 01: Quantidade de Periódicos com publicação da agência no período de 2007 a 2017

Fonte: Elaborado pelas autoras

Quanto à abordagem do problema, conforme figura 02, predominou o interesse de compreender profundamente o estudo, prevalecendo a abordagem qualitativa que foi empregada em treze artigos. Enquanto que a utilização de análises através da geração de dados numéricos ou dados que podem ser transformados em estatísticas utilizáveis, representados pela abordagem quantitativa, em dez artigos. Em três artigos, procurou-se fazer uma profunda análise através de dados matemáticos, sendo empregada a abordagem de multimétodos – abordagens qualitativa e quantitativo.

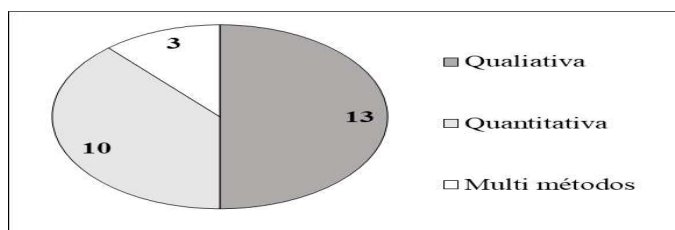


Figura 02: Abordagem

Fonte: Elaborado pelas autoras

Para a tipologia da pesquisa, foi feita uma análise do tipo de pesquisa, método, coleta, e, por último, a análise aplicada.

Assim o tipo de pesquisa, os autores de quatorze artigos tiveram a preferência por uma investigação com maior precisão e maior intensidade de compreensão e entendimento do objeto de estudo, optando por uma pesquisa exploratória. Logo após, outros autores de dez artigos, fizeram uma análise minuciosa do fenômeno estudado, utilizando a pesquisa descritiva. E apenas os autores de dois artigos tiveram a intensão de compreender as causas e efeitos do fato a ser explicado, direcionando seus estudos para a pesquisa explicativa, conforme figura 03.

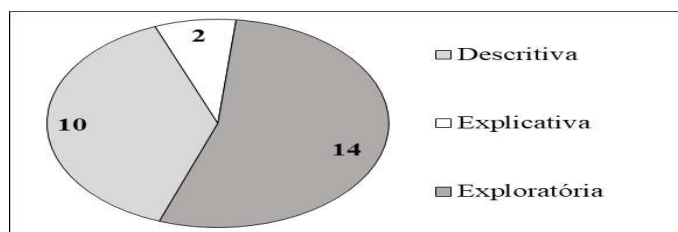


Figura 3: Tipo de Pesquisa
 Fonte: Elaborado pelas autoras

Percebeu-se que em seis artigos foi utilizada a pesquisa bibliográfica atrelada a outro método de pesquisa; em um artigo foi utilizada a pesquisa bibliográfica e estudo de caso; em outro a pesquisa bibliográfica juntamente com a pesquisa documental; e em outros quatro pesquisa bibliográfica acompanhada de ensaio teórico. Nessa mesma linha, foi utilizado a pesquisa documental atrelada a bibliometria para um artigo. Ainda, foi utilizado o método conclusivo causal de natureza experimental para um artigo e estudo de eventos em outro. Houve predomínio de estudo de caso e levantamento (survey), sendo constatado através da tabela 07.

Método	Quantidade
Bibliometria	2
Estudo de casos múltiplos	2
Pesquisa Documental	2
Levantamento (Survey)	5
Estudo de Caso	6

Tabela 7: Levantamento do tipo de método dos artigos
 Fonte: Elaborado pelas autoras

Em relação às coletas dos artigos, houve apenas uma coleta por artigo do tipo: documental, documental acompanhada de entrevistas, experimental com alunos de uma instituição de ensino superior e outro artigo com aplicação de questionário. Houve duas coletas através de entrevista, documentos e observação, diferenciando porque em um dos artigos a observação foi participante e a outra não participante. Portanto, conforme tabela 8, prevaleceram coletas em bases de dados, seguido da pesquisa em livros e artigos científicos, veja abaixo:

Coleta	Quantidade
Entrevista/ Questionário/ Documentos	3
Entrevista	3
Livros e artigos científicos	7
Base de Dados	8

Tabela 8: Levantamento do tipo de coleta dos artigos
 Fonte: Elaborado pelas autoras

E por último, a análise aplicada que sobressaiu foi a análise de conteúdo, com quatorze artigos, sendo que em mais um artigo foi aplicado análise de conteúdo para a etapa documental e porcentagem para os questionários. Em seguida a análise estatística, aplicada apenas para pesquisas quantitativas, com o total de dez artigos. E uma minoria optou por aplicar análise através de porcentagem, de acordo com a figura 04 – que discrimina as evidências.

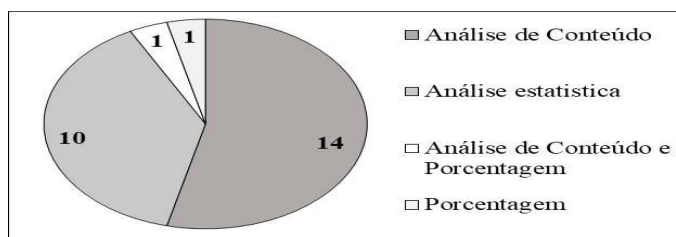


Figura 4: Tipo de Análise
 Fonte: Elaborado pelas autoras

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo objetivou analisar a produção científica sobre a Teoria da Agência, no período compreendido de 2007 a 2017 dentro da área acadêmica de Administração em âmbito nacional. Trata-se de uma pesquisa do tipo bibliométrica. Assim foram encontrados e analisados em profundidade 26 artigos científicos, com classificações de A1 até B2, segundo a lista da qualis/capes, considerando o quadriênio de 2013 a 2016 (sendo esta a mais recente), sendo eles indexados nas bases de dados da scielo e google acadêmico, e também em periódicos. O critério para os artigos foi utilizar de palavras chaves, já dispostas: teoria da agência, assimetria de informação, conflitos de agência e conflitos organizacionais, acrescentando-se as terminologias, conflito organizacional, custos de agência, assimetria informacional, informação assimétrica, risco moral e seleção adversa.

No que concerne aos objetivos propostos, verificou-se que há uma pluralidade de autores sendo eles escritos por 77 autores diferentes e foram encontradas 52 instituições de origem diferentes, havendo o predomínio de formação na Universidade de São Paulo. Os periódicos que se destacaram foram a RAC – Revista de Administração Contemporânea, com quatro publicações, em seguida a Revista de Administração Pública, e a Rege – Revista de Gestão da USP, ambas com três publicações. O ápice das publicações ocorreu no ano de 2017, com 6 artigos em diferentes periódicos. Em relação à abordagem e tipologia da pesquisa, predominou-se: abordagem qualitativa, pesquisa exploratória, método bibliográfico e estudo de caso, a coleta em bases de dados e por fim sobressaiu a análise de conteúdo.

Conclui-se, portanto, que a temática não é recente, pois foi abordada pela primeira vez em 1932. No entanto, ainda é pouco estudada, para o período analisado, ou seja, os últimos dez anos, mesmo considerando o crescente interesse pela literatura no ano de 2017. Pode-se citar como exemplo, que dentro das mesmas bases de dados e períodos compreendidos, foram encontrados mais artigos relacionados a conflito organizacional, precisamente o total de 183 (que foram excluídos por não estarem relacionados ao fenômeno estudado), quando comparados a 26 artigos do objeto de estudo. Este estudo ainda contribuiu com a compreensão profunda, através da revisão bibliográfica, da temática e seus aspectos englobados.

O artigo apresenta como limitação a delimitação da classificação de A1 até B2, a restrição a duas bases de dados e periódicos e o corte temporal. Contudo, foi necessária essa divisão uma vez que há uma ampla diversidade de revistas em Administração, com muitas classificações, e caso não houvesse o corte temporal, a pesquisa abrangeria desde os tempos mais remotos até os dias atuais, assim seria possível somente a análise quantitativa, sendo o foco desta pesquisa analisar minuciosamente cada artigo selecionado, tanto para a parte quantitativa, quanto para a parte qualitativa.

Essa pesquisa deixa indicações de estudos a serem realizados futuramente, como, analisar a produção científica da teoria da agência em âmbito nacional em anais de congressos e eventos científicos, no mesmo período compreendido, para fazer um comparativo; ainda,

analisar a produção científica da teoria da agência em âmbito nacional sem cortes temporal e em um número maior de revistas; ou então analisar a produção científica em relação a teoria da agência em âmbito nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. F. de; KELM, M. L.; SANTOS, J. L. dos. Um modelo de gestão por resultados segundo a teoria da agência - um estudo de caso: Banco do Estado de Santa Catarina S.A. **RAUSP - Revista de Administração**, São Paulo, n.3, p. 59-69, jul./set. 2001.
- AMARAL, H. F.; CORREIA, L. F. Arcabouço teórico para os estudos de governança corporativa: os pressupostos subjacentes à teoria da agência. **REGE – REVISTA DE GESTÃO USP**, São Paulo, n. 3, p. 1-10, jul./set. 2008.
- ANDRADE, M. M. de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. São Paulo: Atlas, 2002.168 p.
- ARRUDA, G.S. de; FREITAS JUNIOR, N. I. de; MADRUGA, S. R. A governança corporativa e a teoria da agência em consonância com a controladoria. **Revista de Administração UFSM**, Santa Maria, n.1, p. 71-84, jan./abr. 2008.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BESANKO, D. et al. **A economia da nova estratégia**. Porto Alegre: Bookman,2012.
- BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008. 195 p.
- BEZERRA, F. A. et al. Análise da produção científica sobre teoria da agência e assimetria da informação. **REGE - Revista de Gestão**, São Paulo, n. 2, p. 327-340, abr./jun. 2012.
- BRAGA, C. D.; DIAS, C. G.; LIMA, C. D. A Teoria da Agência e os Recursos Humanos nas Organizações. In: XXXI ENCONTRO ANPAD, 2007, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. Disponível em: www.anpad.org.br/admin/pdf/GPR-A1754.pdf. Acesso em: 20/08/2017.
- CARNEIRO, L. M.; CHEROBIM, A. P. M. S. Teoria de agência em sociedades cooperativas: estudo bibliométrico a partir da produção científica nacional. In: XVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 11., 2011, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UFPR, 2011. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/626/626>. Acesso em: 20/08/2017.
- CASTOR, B. V. J.; WEYMER, A. S. Q. As estratégias de contratação de mão de obra no setor portuário à luz da teoria da agência. **Revista Brasileira de Estratégia**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 233-245, set./dez. 2009.
- COATES, V., et al. **On the Future of Technological Forecasting**. NorthHolland: Elsevier Science, 2001.
- EISENHARDT, K. M. Teoria da Agência: Uma Avaliação e Revisão. **Revista de Governança Corporativa, RGC**, São Paulo, v. 5, n.1, p. 1-36, abr. 2015. Disponível em: <http://rgc.org.br/ojs/index.php/rgc/article/view/17>. Acesso em: 20/08/2017.
- FRANCISCO, E. de R. Exploração do acervo à luz da bibliometria, geoanálise e redes sociais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 3, p. 280-306, maio/jun. 2011.

- GIL, A C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.183 p.
- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDÁ, M. F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999. 549 p.
- JESÉN, M. C.; MECKLING, W. H. Teoria da Firma: Comportamento dos Administradores, Custos de Agência e Estrutura de Propriedade. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 87-125, abr./jun. 2008. Disponível em: <http://rae.fgv.br/rae/vol48-num2-2008/teoria-firma-comportamento-administradores-custos-agencia-estrutura-propriedade>. Acesso em: 20/08/2017.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2009. 277 p.
- MARTINEZ, A. L. Agency Theory na pesquisa contábil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE, 22., 1998, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos...** Foz do Iguaçu: ANPAD, 1998. Disponível em: www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad1998-ccg-12.pdf. Acesso em: 20/08/2017.
- MENDES, A. P. S.; ROCHA, K. C. Contribuições da teoria de agência ao estudo dos processos de cooperação tecnológica universidade-empresa. **Rausp –Revista de Administração**, São Paulo, n.2, p. 172-183, abr./maio/jun. 2005.
- NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. Divulgação da informação contábil, governança corporativa e controle organizacional: uma relação necessária. **Revista Universo Contábil**, v. 4, n. 3, p. 25-47, jul./set. 2008.
- PINTO JÚNIOR, H. Q.; PIRES, M. C. P. **Assimetria de Informações e Problemas Regulatórios**. Agência Nacional de Petróleo. Nota Técnica, n. 9, fev. 2000. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/wwwanp/notas-tecnicas>. Acesso em: 20/08/2017.
- SATO, F. R. L. A teoria da agência no setor da saúde: o caso do relacionamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar com as operadoras de planos de assistência supletiva no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.41, n.1, p. 49-62, jan./fev. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000100004. Acesso em: 20/08/2017.